



**VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004**

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

**A
QUESTÃO
SOCIAL**

**NO NOVO
MILÉNIO**

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

CAPITAL E ESPAÇO:

aproximações analíticas entre o “modelo Haussmann” e o Planeamento Estratégico de Cidades

Reginaldo Luiz Cardoso¹

O capitalismo, peculiar modo de produção, de tempos em tempos, sofre crises cíclicas. Como é sabido, estas vêm dificultar o prosseguimento normal da acumulação de capital. E mais: são inerentes a este sistema econômico. Para a retomada do processo anterior, urge que aquelas dificuldades sejam superadas de alguma maneira, seja através de políticas conscientemente adotadas pelo capital, seja através de meios elementares espontâneos que o próprio sistema pode acabar encontrando. Do contrário, a crise continuaria indefinidamente, colocando como uma possibilidade real a própria derrocada do sistema. A saída da crise não ocorre com o simples passar do tempo e, sim, no plano da luta entre o capital e o trabalho que aponta sempre duas soluções clássicas para a crise. A heterodoxa seria marcada pela mudança na forma e no conteúdo do poder e, portanto, revolucionária. A outra, ortodoxa ocorre quando há falta de condições objetivas e subjetivas suficientes para a solução heterodoxa e, assim, terminar-se-á encontrando, pelos atores de sempre, um caminho que assegure a retomada da rentabilidade do capital.

¹ Cientista Político. Foi professor no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, leciona “Ciência Política” e “História do Pensamento Econômico” na Faculdade Santa Rita (Conselheiro Lafaiete, MG).

Com a crise do petróleo de 1973, vários rearranjos ortodoxos foram propostos e testados. Embalados sob a franquia de alternativa única, a efetividade desse instrumental passou a ser aplicada a torto e a direito. Um destes instrumentos passou a ser conhecido como Planejamento Estratégico Urbano ou de Cidades e passará a ser conhecido por nós, e por razões mais adiante esclarecidas, como sendo o modelo-Barcelona. Uma das particularidades desta nova prática urbana é a aplicação da chamada “gentrificação” que, *grosso modo*, visa dar às populações das cidades beneficiadas pela novidade um certo reencontro com o passado, com sua cultura., “uma verdadeira consagração da eternidade da cena”.² Mas, como nos ensinou Poirot, há mais em cena: “bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu”, esta a paisagem do século XIX, da “belle époque”. Invariavelmente, por onde quer que se olhe, que cidade submetida ao “fenômeno”, a mesma paisagem na planície, a mesma arquitetura neoclássica do período 1870-1914. Como resume Karl Polanyi, neste período iniciava-se uma série de mudanças que permitiram o pleno desenvolvimento da economia de mercado e a época de ouro da “civilização liberal”. Tudo passa a estar sob a égide do livre mercado, que só foi exequível devido às instituições democráticas deficientes.

A relativa prosperidade vivida pela Inglaterra; entre as décadas de 1850-70, agora é coisa do passado. Entre 1873-95, o capitalismo sofre sua primeira grande crise. Com isto, o capitalismo fortemente centrado na Inglaterra procura encetar um novo período ascendente e atravessa o Canal da Mancha: é o início da Segunda Revolução Industrial. Há um aprimoramento insofismável dos meios de produção; acompanhado de um novo e privilegiado instrumento de mobilização de capital: saem as companhias limitadas e entram em cena as sociedades anônimas. Em decorrência disto, inovações organizacionais tornam-se cada vez mais rígidas, com inédito aumento das horas de trabalho, incorporação das mulheres e crianças na força de trabalho. A resposta dos trabalhadores, ante o agravamento dos problemas sociais e o avanço do capital, faz-se na forma do avanço da organização sindical. O conflito aberto entre o capital e o trabalho faz com que um painel de cores variadas acenda as mentes de entusiastas da reforma social. As ciências sociais tornam-se o centro dos interesses dos reformistas. Como garantia de sobrevivência desse sistema econômico, as mercadorias têm que circular. Acrescido da crença quase milagrosa da técnica, tudo concorre para este fim: países, cidades, gentes.³

² ARANTES, Otília. **Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 126.

³ Importante notar que, em 1897, surge um novo conceito criado pelo barcelonês Cerdà, o urbanismo. Aparece como discurso fundador de espaço, carregado de suas pretensões científicas e designantes do seu campo de aplicação. Curiosamente, o termo “capitalismo” só será introduzido nos discursos a partir de 1902 por Werner Sombart. Isto quer dizer, por exemplo, que o termo era desconhecido por Marx, apesar de descrever o seu mecanismo com rara maestria na trilha da crítica à Economia Clássica.

Em Paris, campo de prova da nova empreitada do capitalismo, vemos a construção de um espaço ideal, segregador, que ficou conhecido como “modelo Haussmann”. Uma cidade rigidamente ordenada, planejada. Uma geometria modeladora de homens. Em curtíssimo prazo, este modelo tornou-se o paradigma de todas as intervenções urbanas, principalmente nas capitais. E, porque não dizer, a aplicação *ad hoc* do “modelo haussmanniano” traz em seu bojo a negação da historicidade das cidades, o esquecimento de que nenhuma cidade escapa da sua história, lugar das diferenças e, portanto, dos conflitos. De fato, cidades com condicionamentos histórico-sociológicos tão díspares sofrem transformações (intervenções) que as deixam irreconhecíveis: Paris, Londres, Barcelona, Viena, Rio de Janeiro, Belo Horizonte...

URBI ET ORBI⁴

“Temo muito o haussmanismo”

Pedro II a André Rebouças.

O grande demiurgo de cidades do século XIX atendia pelo nome de Georges Eugène Haussmann, ou simplesmente Haussmann. O processo de reestruturação do centro de Paris, obra de fôlego e força, rapidamente ultrapassou as fronteiras parisienses, influenciando toda uma geração, toda uma época. Podemos até dizer que foi esse universo, envolto em remodelação e reconstrução sistemática, o berço da modernidade. Baudelaire, testemunha ocular conscienciosa das alterações que culminaram na mudança da forma da cidade, certificava-se de como “a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos”⁵. Tudo se movimentava num turbilhão que propunha incessantemente a ruptura absoluta e o começo absoluto e, de preferência, um rompimento violento com o passado. Até aquele momento, meados do século XIX, o termo empregado para designar as tendências que rompiam com o passado era “vanguarda”. Para Baudelaire, o termo soava como uma metáfora de mau gosto. Ao termo que evoca as marchas e contramarchas da milícia, propôs um outro, neutro: o moderno, a modernidade.

⁴ Do lat.: para a cidade e para o mundo.

⁵ BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 143.

Al rechazar el término “vanguardia” y usar el de “modernidad”, Baudelaire escogió un concepto más vasto, amplio y general, que podía abarcar muchas y diferentes tendencias, a condición de que todas ellas expresasen o revelasen esse misterioso principio que se confunde con la vida misma: el tiempo y su fluir (..) vivacidad, relatividad, mortalidad. La vanguardia, desde esta perspectiva, no es ni puede ser sino un aspecto de la modernidad, una de sus expresiones. Así, “vanguardia” y “modernidad” no son términos sinónimos. Aunque la vanguardia es un aspecto de la modernidad, esta última comprende no sólo rupturas sino regresos y restauraciones.⁶

Enquanto Baudelaire tentava pensar termos mais amenos, poéticos, que pudessem se contrapor às vastas transformações da realidade, Haussmann transformava Paris em um gigantesco canteiro de obras. Desde fins dos anos de 1850, Haussmann, investido da condição de prefeito de Paris e circunvizinhanças (1853-1870), e sob a tutela de Napoleão III, estava implantando uma vasta rede de avenidas largas e longas em perspectiva, margeadas por edifícios de apartamentos, os bulevares, no coração da velha cidade medieval. Napoleão e Haussmann conceberam as novas vias e artérias como um sistema circulatório urbano. Hoje, lugar comum nas cidades, essas artérias, capazes de permitir o fluir febril de pessoas e mercadorias, eram altamente revolucionárias para a vida urbana do século XIX. “Os novos bulevares permitiram ao tráfego fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta, de um extremo a outro — um empreendimento quixotesco e virtualmente inimaginável, até então”⁷.

Além disso, eles eliminariam as habitações miseráveis e abririam “espaços livres” em meio a camadas de escuridão e apertado congestionamento. Desde a revolução de 1789 até a grande insurreição proletária de 1848, esse emaranhado de quarteirões populares e de ruas tortuosas constituíam o legendário campo de batalha das guerras de barricada do proletariado parisiense. Era do inferno que queriam se livrar, pois, entre 1827 e 1851, as ruas da cidade cobriram-se de barricadas em nove ocasiões.

O programa de Haussmann foi concretizado numa conjuntura política de reação, dominada pelas monarquias restauradas em meio às cinzas ainda fumegantes das revoluções liberais de 1848, que convulsionaram toda a Europa. Foi também o período em que a França e outros países europeus iniciaram, efetivamente, suas revoluções industriais, com meio século de atraso em relação à Inglaterra.⁸

⁶ PAZ, Octavio. **Rupturas y Restauraciones**. In: El Paseante, Madrid: Ediciones Siruela, n.º 23-25, 1995, p. 18.

⁷ Berman, op. cit., p. 146.

⁸ BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos - Um Haussmann Tropical**: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.. Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 1982, p. 384.

Por fim, criariam longos e largos corredores através dos quais as tropas de artilharia poderiam mover-se eficazmente contra futuras barricadas e insurreições populares. Aliás, era essa a estratégia principal, imediata, do projeto de Haussmann, a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servia aos motins populares de rua. Na exposição em que justificava seu plano, manifestava o propósito de “isolar os grandes edifícios, palácios e quartéis, de maneira que resultem mais agradáveis à vista, e que permitam acesso mais fácil nos dias de celebração de atos, e simplifiquem a defesa nos momentos de revolta”.⁹

Mas, além de servirem de instrumentos ao exercício da coação política e militar das classes dominantes, atenderiam, ainda, às necessidades colocadas pela grande indústria. Estimulariam uma tremenda expansão de negócios locais, em todos os níveis, e ajudariam a custear imensas demolições municipais, indenizações e novas construções. Pacificariam as massas, empregando dezenas de milhares de trabalhadores em obras públicas de longo prazo, as quais, por sua vez, gerariam milhares de novos empregos no setor privado.

Grandes e majestosas perspectivas foram desenhadas, com monumentos arquitetônicos erigidos no extremo dos bulevares, de modo que cada passeio conduzisse a um clímax dramático, destinados apenas a satisfazer o olhar do *promeneur*. Todas essas características ajudaram a transformar Paris em um espetáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos.

Os bulevares representavam apenas uma parte do amplo sistema de planejamento urbano, que incluía mercados centrais, pontes, esgotos, fornecimento de água, a Ópera e outros monumentos culturais. Porém, o projeto reservava ainda uma novidade: a grande rede de parques. Praças foram abertas ao grande público, concebidas como núcleos de verdor ou pulmões localizados em lugares muito cênicos do tráfego. Até então, e sobretudo na Inglaterra, onde pontificavam os principais paisagistas, as praças vedadas eram reservadas ao desfrute ou lazer exclusivo da aristocracia. O empreendimento pôs a baixo centenas de edifícios, deslocou milhares e milhares de pessoas, destruiu bairros inteiros que aí existiram por séculos. Mas como a modernidade estava contaminada pelo espírito do efêmero, Haussmann, ciente disso, contratou um fotógrafo, Charles Marville, para retratar dezenas de lugares condenados à demolição, preservando assim a sua memória para a posteridade.

⁹ Cit. Benchimol, op. cit., p. 384.

A posteridade deveria saber do grande empreendimento — a reconstrução da cidade, que, para Haussmann, equivalia a reduzir a mistura de classes pela esquematização. Uma ecologia de *quartiers* como uma ecologia de classes: essa era nova muralha que Haussmann erigira entre os cidadãos urbanos, assim como em torno da própria cidade. O mote era a manutenção da ordem. Tanto é que Haussmann cedo tratou de livrar as vizinhanças dos *cafés* barulhentos. Não se tratava de eliminá-los mas antes tirá-los das vizinhanças dos burgueses. Silêncio é ordem, porque o silêncio é ausência de interação social. Traziam-se os *cafés* dirigidos às classes superiores para certos lugares, daí a sua imensa proliferação nos bulevares, espaço de encontro entre pares, para conversação, mantenedores do discurso, da coesão social e da ordem. Quanto às *basses classes*, que ocupassem seus territórios, freqüentassem seus *cafés*, longe do burburinho do esquema haussmaniano. Lá, se o alcoolismo destruía os discursos, mantinha a ordem social.

Esse ato por si só revelaria o cinismo presente na modernidade se não fosse acrescentado do fato de que todo o empreendimento foi regido por medidas draconianas. Nos 17 anos que durou o empreendimento, “as obras foram executadas muito rapidamente, e com métodos draconianos que o (Haussmann) consagraram, em meio ao grande tumulto de interesses feridos, como um ditador, cuja habilidade consistia em atuar sobre alvos muito precisos, no menor tempo possível”.¹⁰

Tudo parecia ir bem até que a vitória dos republicanos nas eleições para a Câmara. A tentativa de Napoleão de conciliar o Império, já profundamente desgastado, com as forças liberais burguesas, por meio da nomeação do primeiro-ministro Émile Oliver, redundaram em sérios embaraços à atuação do prefeito.

Em janeiro de 1870, Haussmann demitiu-se da prefeitura. Logo em seguida, veio abaixo o Segundo Império. Entretanto, nenhuma outra capital, na história anterior da Europa, havia passado por uma transformação tão radical, no período de uma única geração.

Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon.

Poderíamos perguntar: por que o projeto de Haussmann, de escala monumental, angariou tantos adeptos ao redor do mundo?

Naquele momento em que se desenvolveu a 2ª Revolução Industrial, em que o capitalismo evoluía para uma etapa de desenvolvimento sem precedentes na História humana, o *locus vivendi*

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 385.

das populações teria que necessariamente sofrer as mesmas transformações. O capitalismo industrial divorcia o homem do trabalho que ele realiza, porque ele já não controla o seu próprio trabalho e, ao invés disso, precisa vendê-lo. O problema fundamental do capitalismo é, portanto, a dissociação. Divisão, separação, isolamento são as imagens dominantes para expressar esse mal. Não é ocasional a proliferação e sistematização da psicologia nessa época: Charcot, Freud, Wundt, Pavlov, William James, entre tantos outros, são frutos desse contexto. São personagens que demonstram este estado de coisas: uns com intuítos meramente reparadores, reforçando a adaptação do homem — oficinas de reparação psicológicas — caso dos funcionalistas, dos behavioristas; outros, denunciando o mal-estar da civilização — caso de Freud e dos inúmeros desvarios da Psicanálise.

Qualquer situação que distancie as pessoas deve então tornar mais sólida, caso não resulte diretamente delas, as forças capitalistas de dissociação.

A crítica mais contundente ao projeto de Haussmann veio de Camillo Sitte, ao publicar, em 1889, **A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos**. Tal crítica assinalou as falhas do projeto, previa o que se seguiria depois disso e propunha como alternativa um reforçamento na maneira modal de observar e atuar na vida. Sitte era o cabeça da primeira geração de urbanistas que se revoltou contra Haussmann. Sitte era um pré-rafaelista das cidades; argumentava que somente quando a escala e as funções da vida urbana retornassem à simplicidade do final da Idade Média, o povo poderia encontrar o tipo de apoio e de contato direto mútuos, os quais fazem de uma cidade um ambiente de valor.

Embora se possa argumentar que a visão de Sitte era extremamente antimoderna, uma leitura mais cuidadosa demonstra que a sua proposta não era a volta radical ao passado — Idade Média. “Sitte simplesmente lastimava a perda de sentido estético e social das praças no urbanismo do século XIX, em larga medida inviabilizadas pelo sistema viário moderno”.¹¹ Podemos até pensar que o pensamento de Sitte não está de todo longe daquilo que Benjamin chamou de a perda da aura da obra de arte. Para Sitte, a “perda da aura” urbana, tornaria a vida dos homens nas cidades muito mais triste, mais melancólica. Melancólica, já que as cidades estavam condenadas ao vazio, mas, também, pelo refluxo do homem público para os recintos fechados, a criar tipos novos de “doenças nervosas”: a agorafobia.

Consta que muitas pessoas são acometidas por uma sensação de mal-estar, uma espécie de temor, quando devem atravessar um espaço amplo e vazio.(...) A agorafobia é uma das doenças mais novas

¹¹ ARANTES, Otília. **Um Esteta contra a Agorafobia**, In: Folha de São Paulo, Caderno 2, 04 de abril de 1993.

e **modernas** (grifo meu). (...) No vazio tedioso e opressivo das imensas praças modernas, mesmo os moradores das regiões mais antigas e aconchegantes da cidade vão sucumbir à **doença da moda** (grifo meu), a agorafobia.¹²

Para Sitte, nenhum projeto urbano, por mais arrojado que fosse, poderia prescindir da praça, “do coração da cidade”. Porém, o crítico não se tornou um paladino do retorno às formas e conteúdos urbanísticos do passado pré-capitalístico.

Aliás, nunca perdia a ocasião de realçar o quanto, no mundo moderno, estavam irremediavelmente modificadas as formas de vida urbana, nem de sublinhar, em conseqüência, o despropósito de toda veleidade restauradora. O que faz é uma recapitulação das soluções pré-modernas, especialmente no que concerne à ordenação de praças, no intuito de estabelecer um conjunto de regras tais que produzam “efeitos análogos” nas grandes cidades contemporâneas.¹³

A crítica mais contundente de Sitte, no que o segue Munford — com intenção um pouco diversa —, é sobre o novo “fazer” de cidades. Tudo passa a se resolver na prancheta. A lei, a ordem e a linearidade são descritas idealmente no papel, que, branco, aceita qualquer coisa. Nele, as cidades surgem com ruas retilíneas, formatos estrelares, com aguda presença de ângulos, de quarteirões quadrados. “É possível representar o novo método de traçar e delinear as cidades por um símbolo geométrico: um círculo, (...), um octógono, (...) uma estrela parcial”, nos diz Munford.¹⁴ No limite, a cidade fica reduzida a unidades estanques, uma vez que não há mais lugar para irregularidades. “Do ponto de vista dos novos especuladores imobiliários, esse tipo de planta era perfeito. Cada lote, por ser uniforme no formato, passava a ser uma unidade, como uma moeda, capaz de ser prontamente avaliada e trocada”.¹⁵

Contudo, o mais surpreendente é o aspecto pragmático da nova concepção urbanística: qualquer um, com um conhecimento mínimo de geometria, com um manejo razoável de compasso e um par de esquadros, pode concebê-la. Não se exige do grande construtor de cidades o desenvolvimento espiritual de antes, nem mesmo desconfiamos se habita em sua mente o objetivo primordial do seu empreendimento, ou seja, o bom viver dos seres humanos.

¹² SITTE, Camillo. **A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Ática, 1992, pp. 61/62.

¹³ ARANTES, op. cit.

¹⁴ MUNFORD, op. cit. p. 137.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 197.

Para Sitte, a prancheta tornara-se uma verdade irremediável. Para ele, a beleza, o equilíbrio estético, promovido pelos idealizadores das cidades pré-rafaelistas, devia não somente às suas capacidades criadoras e, mesmo, senso estético. Para ele, o diferencial estava na facilidade com que reconheciam medidas naturais, “que lhes eram familiares pelo simples fato de suas escolhas e disposições serem feitas diretamente no local, já levando em conta os efeitos a serem alcançados”.¹⁶

Argumentando ao redor e sobre a prancheta, ele vai mais além. Percebe que a concepção mecânica dos projetos, nos quais muitas vezes “nem mesmo conhecemos as praças às quais se destinam os projetos de concorrência”, não é mera contingência. Muito salutarmente, ele mesmo se inclui nos novos idealizadores. Sabe que tudo está impregnado pelo sentimento de urgência, e sabe que é nele que se encontra a semente da destruição da modernidade: o vazio, o deserto, a monotonia, a repetição. “O “produto manufaturado”: eis aqui, novamente, uma característica de nossos tempos modernos, quando tudo é produzido às dúzias a partir de um mesmo modelo”.¹⁷

Todos esses voleios entre Haussmann e seus críticos apontam em uma direção apenas: a cidade como escritura de ideologia. Não há como desalinhar a *Weltanschauung* da ideologia, pois é a “visão de mundo” que determina o feitio das cidades e, conseqüentemente, para quem ela servirá. O caso de Barcelona, exemplar, é o elo que confirma essa relação.

Em Barcelona, uma nova experiência urbanística estava sendo colocada em prática por Ildefons Cerdà, o engenheiro que projetou o Eixample (Ampliação), o maior reticulado urbano do mundo, logo após o empreendimento de Haussmann.

Cerdà tem uma trajetória peculiar, que vai em sentido contrário às idéias contidas no modelo-Haussmann. Cerdà tem um lugar na história espanhola semelhante ao de Engels, quando descreve o proletariado de Manchester. As memórias do proletariado catalão permaneceram nos relatos de Cerdà. Se o “boom” do capitalismo nas décadas de 1850 e 1860 servira para consolidar a alta classe média catalã, também trouxe o proletariado. Dos depoimentos de Cerdà, “emerge um quadro medonho, o avesso dos triunfos do capitalismo catalão “heróico”, o qual, lutando contra concorrentes estrangeiros mais poderosos, mostrava enorme relutância em dar sequer uma aparência de vida decente a seus operários”.¹⁸

Atento ao terrível quadro social que a industrialização acometia aos proletários, logo Cerdà cercou-se de idéias socialistas, “com profundas marcas das idéias de Saint-Simon e Étienne

¹⁶ SITTE, op. cit., p. 82.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 82.

¹⁸ HUGHES, Robert. **Barcelona**. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 280.

Cabet”¹⁹. E foi com essas idéias que “ele concebeu o mais perfeito projeto teórico que alguém teve oportunidade de criar para uma grande cidade europeia no século XIX”²⁰.

Assim, em 1863, Ildefons Cerdà i Sunyer começou o seu empreendimento. Tinha, como todos os projetos da época, aspectos que revelam a influência de Haussmann: a grandiosidade e o traçado reticular. Contudo, se Haussmann desventrou e reestruturou Paris em termos espaciais e classistas, Cerdà, como socialista, daria uma solução diferente. Primeiramente, não teve de demolir nada, pois, em 1860, não havia nada em Barcelona que obstruísse o reticulado. E, segundo, cada quarteirão do reticulado representa como que um apanhado social, com *menestrals* e burgueses, com o comerciante, o padeiro e o fabricante de velas, todos morando perto uns dos outros; não haveria lado “bom” ou “ruim” da cidade, e nada de hierarquias. Ele acreditava, com uma espécie de fé meio religiosa ou um espírito romântico inquebrantável, que o reticulado era intrinsecamente pacificador. Acreditava, como todos daquele tempo, que, sob a égide da tecnologia, os sofrimentos humanos acabariam. Acabariam porque, com a tecnologia, todos os instintos conservadores seriam desmascarados como reflexos irracionais de um sistema historicamente condenado. Para ele, aproximava-se um novo mundo, e, como dizia: “viver em 1860 era pertencer a uma nova geração, dotada de novos meios e recursos poderosos e irresistíveis, incomparáveis aos das gerações anteriores a nós: levamos uma vida nova, funcionando de modo novo; as cidades velhas não passam de um obstáculo”.²¹

Dessa maneira, Cerdà concebeu seu quadriculado sem qualquer centro evidente de poder, e sem a menor relação ou concessão à longa história da cidade antiga. Longe da eficiência haussmanniana, o ritmo das construções seguiu lento e moroso ao longo da década de 60 e o trabalho só terminou na década de 1890.²²

Concluindo, a “haussmanização” apontava para o importante lugar reservado ao Estado, isto é, resguardar o direito das classes dominantes. Ante a intervenção do Estado, quanto aos seus propósitos e efeitos, garantir-se-ia a cidade para os ricos, marginalizando os pobres. “Esses projetos urbanísticos de larga escala “resolveram” o problema habitacional das classes operárias, empurrando-as para a periferia”.²³

¹⁹ Idem, p. 303.

²⁰ Idem, p. 303.

²¹ idem, p. 305.

²² Concebido com 550 quadras cobrindo uma área de quase nove quilômetros quadrados, esse reticulado poderia ser expandido “infinitamente”: uma cidade puramente modular.

²³ HOLSTON, James. **A Cidade Modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia, São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 55.

Com as mudanças do modo de produção, houve um excepcional crescimento de habitações sem as mínimas condições sanitárias. O movimento migratório do campo para a cidade lançava, aos borbotões, milhares de pessoas nas cidades. E, mais grave, não havia nenhuma política que assegurasse a acomodação desse contingente populacional. Assim, proliferaram os cortiços, onde era comum a convivência de famílias inteiras em um único pavimento. Além do mais, esses bairros, acometidos de cortiços, eram uma ameaça à ordem burguesa.

Diante desse quadro, passou a fazer parte das preocupações dos legisladores a criação de mecanismos que regulamentassem a propriedade privada e a construção de residências.

Reformadores sociais e sanitaristas foram pioneiros na proposição de leis desse tipo, procurando fazer a propriedade privada compatibilizar-se com padrões mínimos de saúde e bem-estar, fixados pelo Estado. Inevitavelmente, esses padrões traziam consigo uma restrição dos direitos de propriedade, mediante uma forma ou outra de intervenção governamental e, dessa maneira, o urbanismo — ligado às ciências sociais que começavam a se constituir — desempenhou um papel importante na consolidação de poderes administrativos e políticos centralizados.²⁴

Sucessivas epidemias de cólera em Paris e Londres, durante a década de 1840, tornaram inevitável uma regulamentação estatal sobre a salubridade das moradias. Na Inglaterra, o *Public Health Act*, de 1848, foi o primeiro de uma série de regulamentações desse tipo, que viriam a culminar no *Housing of the Working Classes Act*, de 1890. Na França, as leis de 1841, sobre obras públicas, e as de 1850, sobre habitações, também avançaram na mesma direção. E davam ao Conselho Municipal, por intermédio dos tribunais, a autoridade necessária para desapropriar a terra. De comum, davam aos inspetores sanitários e planejadores urbanos o poder de cobrar multas, impostos, taxas e contribuições de melhoria, a ter livre acesso à propriedade para inspecioná-la e julgá-la, e, por fim, até mesmo requisitar terrenos. Na segunda metade do século XIX, leis similares foram adotadas na Bélgica, na Áustria, na Espanha e na Itália, dando ao Estado poderes de implementar projetos urbanísticos de larga escala.

Foram essas transformações na legislação que permitiram o fenômeno da “haussmanização”. E o que se viu foi uma avalanche enorme de obras que transformaram não só a face das capitais européias, mas também a sua alma. Envolveram demolições e construções em massa em Paris (1853-69), em Bruxelas (1867-71), em Barcelona (a partir de 1859) e em Florença (1864-77); a construção da Ringstrasse em Viena (a partir de 1857), e a instalação de um sistema central de esgotos e as fundações das linhas de metrô em Londres (a partir de 1848).

A NOVA ROUPA DO MESMO

Finda a Segunda Guerra, desdobramento trágico da crise de 1873-95, o keynesianismo transformou-se num corpo de doutrina e numa prática política ortodoxa, aliado com a expansão da socialdemocracia e do Estado de bem-estar social. Nos 25 anos de prosperidade capitalista pós-45, os oráculos do keynesianismo não se cansaram de atribuir à prática da doutrina, aqueles anos dourados. Porém, a crise mundial deflagrada a partir de 1973 pôs fim às certezas do capitalismo com face humana, como queriam os keynesianos. Diante de mais uma crise de acumulação de capital, a reação não tardou: a “Sociedade de Mont Pelérin”, embora, a princípio, tivesse um caráter acadêmico, acabou tornando-se o centro divulgador da nova vulgata — A Teocracia do Mercado.

Com a ofensiva liberal-conservadora, politicamente vitoriosa a partir de 1979/80, uma “novilíngua”, um vocabulário aparentemente sem origem, tomou de assalto os discursos do “fazer a cidade”. Palavras como gerenciamento, governabilidade, flexibilidade, empregabilidade, vantagem competitiva, globalização, localismo, exclusão e *underclass*, nova economia e tolerância zero, gentrificação e derivados, tais como parceria entre os setores público e privado, enfim, passaram a fazer parte da retórica oficial. Todo e qualquer discurso dissonante a essa retórica alcança rapidamente o limbo, a zona cinzenta da indefinição.

Bem, de onde se origina tal jargão? Tudo Começou durante a Guerra Fria, quando a administração eficiente dos meios de matar tornou-se prioritária. Já durante a Segunda Guerra, as Forças Armadas dos países centrais haviam assumido a vanguarda da pesquisa tecnológica e do gerenciamento científico. Formularam-se as regras básicas da administração (na guerra ou na paz): competência, impessoalidade, racionalização, informatização, clareza de objetivos, pensamento positivo, crença no progresso infinito etc. Os métodos de administrar a guerra deveriam colonizar a administração da paz, o burocrata civil imitar o funcionário militar. Termos, conceitos, leis, regras, parâmetros de avaliação, tática e estratégia do estamento técnico-científico-militar tornaram-se sinônimo de modernização. Gestada no *War College* na década de 1940, seu aperfeiçoamento ocorreu sob a tutela de Robert McNamara, titular do Departamento de Defesa dos Estados Unidos durante o Governo Kennedy (1961-63). Nutrido, então, pelas experiências de âmbito militar, o Planejamento Estratégico, a partir dos anos 1970 — via *Harvard Business School* —, passou a ser um instrumento cada vez mais utilizado pelas empresas.

²⁴ Idem, p. 53.

“Atentar para estes antecedentes, militares e empresariais, que alimentam as bases teóricas do planejamento estratégico parece uma necessidade inadiável para o debate aprofundado acerca das orientações atuais políticas e de sua pertinência e limites dentro de nossa realidade urbana. Sobretudo se considerarmos que, ao menos no Brasil, há uma certa confusão a respeito das origens e bases deste novo “modelo”, tanto no meio acadêmico quanto no interior dos quadros técnicos municipais dos mais diversos matizes político-ideológicos”²⁵

Assim sendo, o Planejamento Estratégico Urbano nasce no sopé da implantação do neoliberalismo nos EUA (*Reaganomics*) e na Inglaterra (*Tatcherismo*). Um século depois de Haussmann, em fase tardia do capitalismo, entra o planejamento estratégico e sai o tradicional modelo tecnocrático-centralizado-autoritário. As cidades passam a ser submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Desta maneira, em linguagem renovada, de forma articulada, o primeiro plano estratégico de cidade é aplicado em São Francisco, Califórnia. Todavia, o aparecimento definitivo do modelo desta prática somente apareceu 10 anos depois, nas Olimpíadas de Barcelona. Ali, o mundo assistiu, em cores, via satélite, o fruto parcial do Planejamento Estratégico Urbano.²⁶ Diante dos efeitos pirotécnicos com que se cercou e se promoveu as Olimpíadas de Barcelona, esta instantaneamente tornou-se modelo do Planejamento Estratégico Urbano para o resto do mundo, principalmente para a América Latina. A versão TINA (*There is No Alternative*) das boas práticas urbanas a partir de então. Quase desnecessário dizer que, tal qual o “modelo haussmanniano”, logo passou a ser reproduzido em cidades tão diferentes como Santiago e Saigom, Belém e Buenos Aires. Referindo-se ao modelo-Barcelona, Koolhaas (1995) observa que: “às vezes, uma antiga e singular cidade, como Barcelona, através da super-simplificação de sua identidade, torna-se Genérica, transparente como uma logomarca”.

A nova questão urbana tem agora como nexos central a problemática da competitividade urbana. Ou seja, dentro deste esquema, a cidade é e deve ser considerada como uma mercadoria a ser vendida em um mercado extremamente competitivo, em que outras cidades estão à venda. E, para tanto, necessita de um outro instrumento, o chamado city-marketing. O que implica em uma questão maior: a quem deverá ser vendida a cidade-mercadoria? No decálogo das “best practices” a resposta: “o governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem

²⁵ SANCHEZ, Fernanda. **Políticas Urbanas em Renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes.** In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. No. 1, Maio 1999, p. 121.

²⁶ Chama-nos atenção especial o nome dado à área revitalizada para dar lugar à Vila Olímpica: Nova Icária. Icária era o nome que os socialistas utópicos adeptos de Étienne Cabet davam à comunidade proletária futura ideal, que alguns tentaram fundar nos EE.UU. redundando em tremendo fracasso. Basta ver que os apartamentos da Vila Olímpica que seriam vendidos pós-evento por “preços baixos e competitivos” (assim dizia-se em 1986), já haviam alcançado em 1991 o preço de 2500 dólares o metro quadrado.

livre e positiva, apoiada numa oferta de infra-estruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração e investidores e usuários (pasmem!) solventes à cidade” (Borja e Castells,160,1996). Isto é, a cidade passa a ser oferecida àqueles indivíduos que pagam ou podem pagar pelo produto. E o resto, os “segmentos de baixo valor estratégico”? O esgotamento dos investimentos sociais.

Se estamos farejando algo pouco democrático nesta área, convém saber que, presente no decálogo das boas práticas, a venda da imagem de cidade segura, invariavelmente, vem acompanhada da venda da imagem da cidade justa e democrática. E nunca é demais lembrar que a oferta de uma imagem segura não necessariamente depende de que a cidade seja de fato segura para os que nela habitam; sempre é possível criar cordões de isolamento e áreas de segurança.

Contudo, não basta às cidades serem apresentadas como mercadorias, têm que ser gestadas enquanto empresas, em termos de lucros e prejuízos, com todo o risco inerente ao setor produtivo, no qual a máquina administrativa passa a ser cobrada em termos de produtividade. E mais: uma vez que a gestão da cidade dentro deste modelo é feita como uma empresa, há necessidades incessantes de procura de parcerias que possam incrementar o projeto maior da cidade-empresa. Ora, tais parcerias serão e são feitas com setores de alta solvência, isto é, setores privados que almejam, junto ao poder público, satisfazer seus interesses, que, notadamente, são privados. Assim, é impossível manter tais parcerias sem que ocorram privilégios (leis privadas). Privilégios estes que passam, primeira e necessariamente, pela dificuldade do poder público em constranger os interesses do setor privado, e que, via de regra, contrariam os do cidadão comum, representado, no caso e em tese, pelo governo municipal.

A situação é, pois, extremamente mais grave em se tratando de cidades na periferia do mundo, no caso, as brasileiras. Nelas, encontramos a condição única da implantação do Planejamento Estratégico Urbano, que é o esgotamento dos investimentos sociais, ou investimentos que atinjam diretamente os chamados, eufemisticamente, de “segmentos de baixo valor estratégico”. Em suma, se os investimentos são setorizados (atendem a áreas específicas da cidade), como manter os habitantes de áreas degradadas, já pouco assistidas pelo poder ou poderes públicos, ordeiramente no já precário “consenso” social? Criando um consenso em torno da cidade-pátria. Dito de outra maneira: despertando o patriotismo cívico dos cidadãos reféns da crise. Deprimidos por décadas de estagnação econômica, fica assim bem mais fácil persuadi-las a se tornarem “competitivas”. O problema, como nos lembra Oliveira, é que o emprego, tal qual foi conhecido não, mais será realidade, devido à mudança da lógica do capital. E, então, estamos nos pior dos mundos possíveis, uma vez que, em lugar do emprego entra a ocupação. Porém, este é um problema

para ser resolvido mais tarde; por enquanto estamos imantados, enfeitiçados pela possibilidade de que o crescimento desta fábrica consensual fará brotar rios de emprego. Por fim, a idéia de cidade como máquina de crescimento, segundo o decálogo, pode ser assim resumida: os custos referentes às mudanças estruturais, exigidas sob pressão do capital internacional, são socializados e, aparentemente, legitimados através do poder retórico e político, através do apelo nostálgico à “comunidade” como panacéia para os males sociais, econômicos e urbanos. No caso de malograr esta estratégia, não nos esqueçamos para que e para quem foi feito o “programa de Tolerância Zero”²⁷. De fato, esta tornou-se a rotina das cidades brasileiras e seus correlatos.

Em linhas gerais podemos observar que ambos os modelos surgem como estratégias do capital para tentar alcançar, mais uma vez, um outro patamar na acumulação de capital. Em geral, os cenários alinhados ao modelo-Haussmann serviram de pano de fundo da reação política truculenta do capital contra o trabalho. Reação que no íterim das duas grandes Guerras viu a ascensão do nazi-fascismo. No modelo-Barcelona, percebemos um grau maior de sofisticação, no limite, fascistizante. No primeiro, preparou-se os homens para o fordismo. No segundo opera-se o pós-fordismo, dotado de políticas urbanas produtoras de modelo de exclusão social, feito num contexto de desmonte de políticas públicas.

UMA LÁGRIMA

Ao fechar estas reflexões e dado a altivez do acontecimento — gritante — , a tragédia ocorrida em um Centro de Compras em Assunção, (Paraguai) traduz, em claro e bom som (das vítimas), a lógica da atual fase do sistema. Lógica que, calcada na mercadocracia, transformou o dinheiro (meio de troca) num fim em si mesmo. Aos espaços despolitizados contrapõe-se a publicização do espaço privado que, quer o consenso neoliberal, transformou a realidade em sua própria ideologia. Ideologia traduzida na seguinte fórmula trágica, humor negro do pior gosto: “Ao primeiro grito de “Fogo!”, fechem os portões, pois ninguém sai sem pagar”. Mesmo que varie o chamativo exclamativo, a fórmula (premissa maior) não perderá seu poder explicativo. Contudo, por mais estapafúrdio que seja, seres anódinos, servis, sempre estarão prontos a executar tais

²⁷ Somente para lembrar, a Cidade do México acaba de colocar em prática um dos mais duros regimes de “tolerância zero” em todo o mundo. A lei aprovada pela Assembléia Legislativa no último 30 de maio, emblematicamente foi discutida e votada por sugestão da consultoria Giuliani Group, contratada há mais de um ano pelo megaempresário mexicano Carlos Slim para dar assessoria à administração local. Slim, dono da Telmex e considerado um dos mais ricos da América Latina, é dono de dezenas de projetos

ordens. Se alguém ousar se rebelar contra os cadeados da morte, não hesitarão em sacar suas automáticas e acioná-las contra os “insurgentes”. Cena que nem mesmo Ionesco e seu Teatro do Absurdo poderiam imaginar. Entretanto, este é o cenário-clichê em que nos arrastamos e nos arrostamos.

Nilismo *démodé*, pessimismo irrecuperável, negativismo irresponsável? Ou mera constatação? Nietzsche dizia que não existe fato, apenas interpretações. Assim sendo, alguém arriscaria outra interpretação sem cair na razão cínica? Ou as nossas vidas reduziram-se a meras “emoções baratas”, como disse, por razão diversa, outro filósofo, um tal Benjamin?

imobiliários e de restaurantes na Cidade do México e está à frente de um enorme projeto de recuperação do centro velho da capital mexicana.